

Economistas descartam choques paliativos

RAUL RAMOS

O sucessor do presidente José Sarney, que o Brasil vai eleger nesta quarta-feira, deverá assumir o Governo com o País virtualmente à beira da hiperinflação. Sua primeira tarefa certamente será combater esse risco, primeiro passo para a normalização da economia e retomada do desenvolvimento. Economistas de várias tendências receitam medidas diversas para o próximo Presidente, mas descartam choques paliativos como os adotados nos últimos três anos. Entendem que medidas radicais de controle de preços apenas represam a inflação, criam um clima de pânico e não revertam o quadro de incertezas.

O senador Roberto Campos (PDS-MT), ex-ministro do Planejamento e um dos pais da correção monetária, entende que não há solução para o Brasil fora de um "choque liberal". Ressalva que isso é mais que um programa ortodoxo de austeridade monetária e fiscal. "Este age apenas do lado da procura. O choque liberal agiria do lado da oferta, através de vários instrumentos, estimulando a produção e reduzindo custos".

Os instrumentos do choque liberal, explicou, seriam a desregulamentação da economia, a privatização de empresas estatais, a racionalização e simplificação fiscal e a liberalização comercial. Campos entende que a desregulamentação aboliria os custos e ineficiências controles de preços, salário e câmbio. A privatização traria receitas e eliminaria despesas do Governo com os déficits das estatais. A racionalização fiscal visaria aumentar a arrecadação pela simplificação e redução de impostos. Já a liberalização comercial e de investimentos eliminaria as reservas de mercado e incentivaria a concorrência.

"Se o novo Governo não atacar o problema globalmente, tanto do lado da procura como da oferta, não desbaratará a inflação", analisa o senador. Para ele, os cem primeiros dias de Governo serão cruciais para provocar uma reversão de expectativas. "O choque dirigista fracassou em todo o mundo. As economias que funcionam são as economias de mercado, não as de comando".

DEMOCRATIZAÇÃO

O economista Jorge Eduardo Mattoso, professor da Unicamp e assessor econômico do PT, sugere a reestruturação e democratização do Estado, ao invés da privatização defendida pelo discurso neo-liberal. "O Estado está de fato em péssimas condições, mas a sociedade desconhece que o setor privado está estatizado. Há todo um conjunto de subsídios criados e as empresas estatais favorecem à iniciativa privada com serviços e tarifas subsidiadas", argumenta.

Mattoso entende que o próximo Presidente não deve se utilizar de choques paliativos. "Ele vai ter de enfrentar as causas estruturais como a dívida externa, a dívida interna e a desestruturação do Estado. Deve implementar uma reforma tributária, caso contrário nenhuma medida econômica vai funcionar". Para ele, essa política econômica deve ser "clara e transparente para o conjunto da sociedade, para que todos compreendam que seja capaz de reverter a inflação sem onerar os menos favorecidos".

Ele defende a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, "que não pode ser paga nas atuais condições", e uma tentativa de renegociação em novas bases. Paralelamente, acrescentou, seria constituída uma auditoria, com a participação da sociedade, no sentido de aferir o que é devido de fato, como também todos os procedimentos adotados que contribuíram para o crescimento do endividamento.

Propõe também que o novo Presidente renegocie um alongamento dos prazos dos papéis da dívida interna. "O problema central não é o estoque nem a proporção em relação ao PIB, mas a dificuldade do Governo de rolar a dívida que é negociada dia-a-dia". A seu ver, o Governo deve oferecer um leque de opções e descartar o calote, "porque o Estado vai sempre ter que financiar suas atividades".

Mattoso defende ainda a implementação de uma reforma tributária para mudar o perfil dos impostos indiretos pagos pelo conjunto da sociedade, independentemente da renda, além do combate à sonegação de tributos. "Quem paga imposto hoje é o assalariado", argumentou.

PACTO

O deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), PhD em Economia pela Universidade de Harvard (EUA), defende a retomada do pacto social, que acha viável a partir do momento em que houver um presidente eleito pelo voto direto. Ele propõe, para os três primeiros meses de Governo, a contenção do reajuste de preços e de salários em no máximo dez por cento ao mês. O novo Presidente cobraria também das empresas do setor produtivo e financeiro, o compromisso de que não se exigirá do Governo remuneração dos títulos da dívida pública superior a 10 por cento.

Sobre a dívida externa, Rebouças sugere a suspensão imediata do pagamento dos juros, até que as reservas nacionais atinjam 10 bilhões de dólares, o que corresponde a seis meses de importação. A renegociação implicaria também na redução das taxas de juros em no máximo seis por cento ao ano e no compromisso de que os encargos da dívida não poderiam ultrapassar 50 por cento das exportações.

O deputado sugere também a adoção de uma política fiscal que cumpra a regra já estabelecida de não se gastar mais do que se arrecada. Rebouças defende igualmente a formação de comissão mista, com parlamentares, representantes do Governo e dos trabalhadores, para analisar o fechamento de órgãos públicos e privatização de estatais.

O deputado César Maia (PDT-RJ), provável ministro da Fazenda caso o vitorioso seja Leonel Brizola, propõe um programa de deflação rápida, que produza um ajuste financeiro imediato, com centralização dos caixas, correção das tarifas públicas e equacionamento da dívida interna.

Entende também que deve ser feito um ajuste cambial que redinamize o comércio exterior, acompanhado do equacionamento da dívida externa. Além disso, defende a introdução de uma disciplina monetária rígida e medidas compensatórias de defesa do emprego.